

Um novo conceito de Idade Média nas escolas

Miriam Coser¹

Ao longo do séc. XX, o estudo da Idade Média passou por profundas transformações, com novas abordagens, novos questionamentos e sobretudo a utilização de diferentes fontes antes desprezadas pelos historiadores tradicionais, como a iconografia, a literatura e a música. A corrente historiográfica francesa conhecida como Escola dos *Annales*, foi a grande responsável por essa nova perspectiva acerca do período que, anteriormente, fora designado como a “Idade das Trevas”. O medievalista Marc Bloch, representante da primeira geração desta corrente e morto na Segunda Guerra Mundial, foi o seu principal expoente.

A compreensão da História como processos de curta, média e longa duração, tal como propôs Fernand Braudel, já na segunda geração do movimento, permitiu trabalhar com tempos históricos sobrepostos entre si, possibilitando, mais tarde, a abertura para o estudo das mentalidades, compreendidas como estruturas de longa duração, apontando continuidades, as quais, anteriormente, só eram percebidas como rupturas, principalmente nos planos político e econômico.

A chamada terceira geração dos *Annales*, com medievalistas de extrema importância como Jacques Le Goff e Georges Duby, será a grande responsável pela exploração do campo das mentalidades e a ampliação dos temas historiográficos, como as representações sociais, o amor, o casamento e a infância, entre tantos outros. Tais temas foram estudados à luz dos novos tipos de fontes, conferindo novo caráter à sociedade medieval e às heranças por ela deixadas à sociedade ocidental contemporânea². Aspectos referentes à Idade Média, como a superação do escravismo, o desenvolvimento de novas formas de conhecimento intelectual (a escolástica), as tentativas de contenção da violência (Paz de Deus), etc, receberam especial atenção por parte dos historiadores que redimensionaram o período medieval, antes concebido como um longo período de letargia e de obscurantismo.

¹ Doutora em História pela UFF e professora de História Medieval da Unirio.

² Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.

Essas novas perspectivas da historiografia medieval tiveram grande penetração nos cursos de História das Universidades Brasileiras, na segunda metade do séc. XX, principalmente através da chamada terceira geração dos *Annales*. Data do mesmo período, o início de uma produção historiográfica no Brasil acerca da Idade Média, já influenciada por essas novas abordagens.

O ensino nas escolas de níveis fundamental e médio, no entanto, não se beneficiou de imediato dos novos estudos. Há, de fato, um interregno entre o que se produz na academia e o que é ensinado nas escolas, um tempo de maturação, divulgação e reelaboração dos novos conhecimentos, até chegarem aos bancos escolares. Mais recentemente, de uma maneira geral, essa renovação da historiografia já vem sendo difundida nas escolas e há um bom número de livros didáticos de boa qualidade, que recorrem a imagens, diferentes textos de época e propõem discussões para além da história tradicional. Entretanto, salvo algumas exceções, essa inovação não tem contemplado o ensino específico da Idade Média nas escolas. O que se observa é a reprodução de temáticas ultrapassadas e mesmo preconceitos mais próximos ao senso comum do que a uma produção historiográfica séria.

Um elemento agravante nesse contexto é o fato de que o período medieval não é contemplado nos vestibulares e provas do Enem para o ingresso nas universidades, de forma que temas e discussões fundamentais para a formação dos alunos – temas estes que são também essenciais para a compreensão de períodos históricos posteriores - têm sido negligenciados nas escolas. Uma abordagem do período medieval mais aproximada do conhecimento produzido hoje, na academia, faz-se, portanto, extremamente urgente e necessária.

No Rio de Janeiro, onde atuo, foram formados laboratórios de pesquisa que procuram promover o aprofundamento do estudo da História Medieval no Brasil e a intercessão com o ensino nas escolas. É o caso do *Scriptorium* (Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos – UFF), do PEM (Programa de Estudos Medievais – UFRJ), do LITHAM (Laboratório Interdisciplinar de Teoria, História Antiga e Medieval – UFRRJ), do LEM (Laboratório de Estudos Medievais – UNIRIO) e do *Translato Studii* (UFF).

Em pesquisa realizada nas escolas do município de Nova Iguaçu-RJ, pude constatar as limitações que persistem na abordagem do ensino da Idade Média nas

escolas³. Por um lado, o próprio tempo reservado para o estudo do período é extremamente restrito. Por outro, o objetivo geralmente consiste em caracterizar a passagem do feudalismo para o capitalismo, de forma que a questão central reside nas origens de um período a ser caracterizado posteriormente. Disso decorre a reprodução de erros historiográficos já superados como a compreensão da Idade Média como um período de economia natural, com feudos absolutamente autossuficientes, organizada em três ordens rígidas e com o advento do comércio como solvente do feudalismo.

A proposta de apresentar um novo conceito de Idade Média nas escolas, portanto, reside na discussão de, ao menos, dois pontos básicos dessa nova abordagem: o significado da sociedade de ordens e o papel desempenhado pelas cidades e o comércio na sociedade medieval.

O historiador Georges Duby⁴ analisou magistralmente a elaboração da concepção de ordem social baseada em três funções: os que oram, os que guerreiam e os que trabalham (*oratores, bellatores e laboratores*). O modelo é elaborado explicitamente pelos bispos Aldaberto de Laon e Gerardo de Cambrai após o ano mil. As noções de hierarquia e concórdia, retomadas fundamentalmente de Santo Agostinho, Gregório Magno e Dinis, o Areopagita, regem o sistema.

Assim, a sociedade aparece hierarquizada, baseada em uma ordem moral: em primeiro lugar os sacerdotes, intermediários entre o mundo terrestre e o celeste; em segundo, aqueles responsáveis pela proteção no mundo terrestre e, por último, os que cultivam a terra para o sustento de todos. A hierarquia terrestre corresponde à celeste, de maneira que os anjos, no primeiro degrau da hierarquia celeste (em cujo topo está Deus), estariam em contato com os bispos, no degrau mais alto da hierarquia terrestre. A desigualdade social preconizada pelo sistema seria compensada pela concórdia, o amor que une todos os corações e que permite a reciprocidade entre os graus da hierarquia, através da caridade.

Duby acrescenta que essa formulação, do início do séc. XI, não fala explicitamente em ordens, mas em funções. A ideia de três ordens, com seu duplo

³ Pesquisa intitulada *Idade Média Hoje análise e perspectivas do ensino do período medieval nas escolas públicas de Nova Iguaçu*, por mim coordenada, e realizada de 2007 a 2008, com a colaboração do bolsista de PROIC da UFRRJ Marcelo Inácio de Oliveira Alves.

⁴ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.

sentido de estatuto (lugar no mundo) e organização justa do universo, estará clara somente no momento de maior difusão do sistema, no final do séc. XII.

Dominique Iogna-Prat⁵, em estudo mais recente, aponta quatro versões principais da teoria das três ordens: monástica, episcopal, monárquica e gregoriana. Segundo a autora, a versão monástica, elaborada pelos monges da ordem de Cluny, inclui os monges na categoria dos *laboratores* e os promove ao primeiro plano. Tal interpretação estava em consonância com a política dos monges de Cluny no sentido de sua autonomia em relação aos bispos.

Os bispos, por sua vez, elaboram uma resposta à teoria dos monges; daí, a preposição de Adalberão de Laon e Gerado de Cambrai. A primeira função, de oração, seria constituída pelos clérigos sob o poder dos bispos. Esses desempenhariam também o papel de guias e tutores do rei, que pela sagração, aproximariam-se da primeira ordem.

As versões monárquica e gregoriana (papal) distinguem-se justamente pelo lugar reservado ao soberano no sistema. No modelo monárquico, o rei pertenceria às três funções ao mesmo tempo: à função dos *oratores* pela sagração, dos *bellatores* por sua força e liderança nos combates e dos *laboratores* devido ao seu papel relativo à fecundidade. No modelo gregoriano, a primeira função estaria reservada somente à Igreja e o rei ou o imperador seriam os representantes da segunda função; de forma que os clérigos comandariam os laicos tanto da segunda (*bellatores*), quanto da terceira ordem (*laboratores*).

Todo esse aprofundamento da pesquisa historiográfica acerca das três ordens medievais, certamente, não caberia no currículo escolar. Entretanto, auxiliam o professor de história a compreender o que Georges Duby procurou provar: a divisão da sociedade em três ordens não era uma realidade vivida e sim um projeto de ação política sobre a realidade. Nesse sentido, insere-se no âmbito da construção ideológica. No momento em que a organização feudal é estruturada, o poder central recua e a Igreja apresenta-se como condutora da cristandade, assim, são feitas elaborações ideológicas de justificativas de poder. Como afirma Duby, as ideologias são um projeto de ação

⁵ IOGNA-PRAT, Dominique. Ordem. In: LE GOFF & SCHMITT (orgs.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2006, pp. 305-319.

sobre a sociedade e, como tal, têm uma relação com a realidade social (de outra forma, não seria verossímil), mas não são, de forma alguma, uma reprodução da sociedade.

Uma prova disso é justamente a omissão de um componente social que não pára de crescer a partir do séc. XI: o habitante da cidade, aquele que realiza os ofícios e o comércio. Uma explicação da sociedade medieval pautada apenas nos padres, guerreiros e camponeses exclui o fenômeno das cidades na Idade Média. Isso acaba corroborando com a ideia errônea de que a cidade é um elemento externo ao mundo medieval e seu surgimento coincide com o início do capitalismo.

A análise do fenômeno urbano, ao longo dos séculos XI ao XIII, suscita alguns questionamentos: primeiro, qual seria a sua origem? Segundo, quais as suas principais características e instituições? Terceiro, quais suas relações com a Igreja? E, finalmente, quarto, qual o significado disso na dinâmica do feudalismo?

A primeira indagação é abordada por Guy Fourquin⁶ que afirma que o dinamismo demográfico e a ocupação dos campos teriam impulsionado o desenvolvimento das atividades urbanas. Fourquin critica a tese clássica de Henri Pirenne⁷, segundo a qual o reaparecimento do comércio por motivações externas teria feito ressurgir as cidades. Segundo Fourquin, tal tese só teria validade para algumas regiões e seria falha ao ignorar a evolução das populações rurais e da economia dos campos no séc. X.

Jacques Le Goff⁸, por sua vez, enfatiza a importância da formação de um excedente agrícola e de matérias primas para o artesanato na formação de um novo quadro econômico que inclui a criação de feiras e mercados para trocas próximas e distantes, o progresso da economia monetária com a cunhagem de moedas e a multiplicação de cambistas que se transformam aos poucos em banqueiros, etc.

Com relação a minha segunda indagação, Le Goff e Fourquin concordam no que diz respeito à principal característica da cidade medieval: sua função econômica. Diferente da cidade da Roma antiga que se caracterizava por ser fundamentalmente um

⁶ FOURQUIN, Guy. *História Econômica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1986.

⁷ PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1964.

⁸ LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF & SCHMITT (orgs.) *Dicionário Temático...* op. cit., Vol. I, pp. 219-236.

centro político, administrativo e militar – e da cidade episcopal da Alta Idade Média – a cidade medieval é predominantemente um local de trocas.

Para Le Goff, a cidade medieval não é a simples continuidade, nem o ressurgimento do fenômeno urbano antigo e sim um fenômeno novo original. Como tal, caracterizar-se-á por novas instituições, com a finalidade de proteger as atividades econômicas, obter franquias (direitos concedidos pelos reis, bispos, condes) e até autonomia institucional e política, a “comuna”.

Há uma grande diversidade com relação aos centros urbanos no Ocidente, e a Itália constitui um caso bem específico de relativa continuidade com a Antiguidade. Entretanto, é possível generalizar alguns aspectos das organizações nas cidades e suas instituições. Os mercadores sentiam a necessidade de união para organizar comboios e se opor às autoridades senhoriais e principescas. Para garantir o monopólio da venda em um mercado local, formavam guildas e, para garantir o monopólio do tráfico com o mercado estrangeiro, formavam hansas.

As guildas eram associações juramentadas, dotadas de estatuto que garantiam a proteção e assistência mútua em casos de infortúnios, assim como suas prerrogativas no mercado local. Promoviam, igualmente, obras de caridade e participavam de tarefas relativas à manutenção da cidade. As hansas, por sua vez, eram organizadas de acordo com o lugar de origem do mercador e o destino de suas expedições comerciais.

Já o artesanato, a partir do séc. XI, tende a deixar o campo e instalar-se nas cidades, organizado em ofícios, diversificando-se e aperfeiçoando-se. À frente da corporação de ofício há uma direção colegial. Essa “jurada” (conjunto de ajuramentados) tinha um poder disciplinar, fixando preços, qualidade, etc, e os chefes dos ofícios eram escolhidos entre os mestres. Cada mestre era um princípio proprietário da oficina, ferramentas e matéria prima. Na oficina, havia operários qualificados (criados ou companheiros) e aprendizes.

A função econômica da cidade medieval, como local de trocas, salientava a importância das feiras que, formando ciclos regionais ou interregionais, acabavam gerando uma espécie de mercado contínuo. O exemplo mais expressivo são as feiras de Champanhe. Igualmente importante era a ação dos credores, cambistas e banqueiros, neste dinamismo comercial das cidades medievais.

A partir do final do séc. XI e especialmente no XII, intensificam-se a obtenção de franquias e a constituição de comunas. Definidas por Jerome Baschet como “populações urbanas em comunidades dotadas de uma personalidade jurídica”⁹, as comunas possuíam organização política autônoma - como o Conselho e representantes eleitos - formavam milícias urbanas e eram dotadas de uma justiça própria. A conquista dessas “liberdades” como afirma Baschet, foi vista por uma grande parcela da historiografia como a luta da burguesia contra a opressão feudal, realizada essencialmente de forma violenta. Para o autor, em que pese o caráter violento de muitos desses movimentos, a negociação entre mercadores, aristocracia e autoridade condal, por exemplo, foi um recurso recorrente. Nos casos em que o rei concedia as franquias, em geral, reservava-se o direito de nomear as principais autoridades municipais. Fourquin, por sua vez, salienta que não houve “democracias urbanas” e que os grandes mercadores dominavam, mesmo quando não se apropriavam da administração.

Ainda quanto às principais características e instituições das cidades medievais, é preciso mencionar sua tomada de consciência. Roberto Lopes¹⁰ salienta a importância da cidade como “estado de espírito” expresso em seus sinais distintivos: o sinete, o direito de cunhagem, a isenção de impostos, as cortes de justiça, os estandartes, o santo padroeiro, entre outros. A cidade representa a si mesma nas festas, nas procissões e no teatro.

O terceiro questionamento, aqui proposto, para a análise do fenômeno urbano diz respeito às suas relações com a Igreja. Le Goff¹¹ demonstra como em teoria a Igreja condenava o mercador e, em especial, a prática da usura, mas, na prática, muitas vezes, fechava os olhos para suas atividades e, aos poucos, formula uma teoria mais tolerante em relação ao mercador. No fim do séc XIII e início do XIV, duas noções reforçam tal tolerância: a noção de “bem comum” (que incluía a ideia de utilidade da atividade do mercador) e o reconhecimento da interdependência dos reinos do ponto de vista econômico. O grande comércio internacional passa a ser uma necessidade e querido por Deus.

⁹ BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. São Paulo: Globo, 2006, p.147.

¹⁰ LOPES, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa: Presença, [s.d.].

¹¹ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, [s.d.]

O progresso da produção e dos negócios, nos séculos XII e XIII, terá sua influência também no plano do imaginário e das sensibilidades. Georges Duby¹² afirma que esse progresso acentuava as tensões nas almas entre o gosto pelo prazer e pela riqueza, por um lado, e, por outro, a salvação pela pobreza. Diante desse conflito, quem deveria tomar a direção do mundo? O maior combate da Igreja foi contra os heréticos e, nesse sentido, a importância da ordem franciscana que faz a opção pela pobreza sem questionar o Papado. Foi justamente contra os heréticos que a Igreja construiu um edifício doutrinal mais firmemente ordenado, expresso pela arte gótica.

A maior expressão dessa nova arte é a catedral. Concebida através da concepção de que Deus é luz, a arquitetura gótica procura transmitir essa irradiação progressiva como símbolo da hierarquia divina e terrestre. As esculturas no pórtico, os vitrais, o ouro, as pedras preciosas, as torres erguendo-se ao céu fazem parte dessa concepção teológica. As construções das catedrais propagam-se com o avanço urbano, em parte com o dinheiro dos comerciantes, mas eram uma celebração ao bispo e também ao rei, demonstrando a complexidade nas relações no espaço urbano.

Era também nas catedrais que funcionavam as escolas. O movimento que transfere a atividade escolar do mosteiro para a catedral é o que instala no centro das cidades os focos principais de criação artística. É determinado pelas mesmas mudanças estruturais, o aumento das permutas, da circulação, da mobilidade de bens e dos homens. Se Deus é luz, nas Universidades medievais a luz está no verbo.

A universidade é filha da cidade, como afirma Jacques Le Goff¹³, e, como tal, organiza-se como uma corporação de ofício e luta por seus monopólios. Desenvolve um método, a escolástica, que partindo da gramática, da dialética e das “autoridades” propõe-se a produzir um pensamento original.

Assim, como afirma Georges Duby¹⁴, em texto que relaciona a catedral, a cidade e a escola, a cidade medieval, dos séculos XI ao XIII, é o pólo difusor da arte gótica e da escolástica. A Igreja junta-se também à cidade no exercício da caridade. Como

¹² DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. Lisboa: Estampa, 1993.

¹³ LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

¹⁴ DUBY, Georges. *Europe au moyen âge*. Paris: Flammarion, 1984.

lembra Le Goff¹⁵, os asilos ou hospitais são construídos com o dinheiro das cidade e é a Igreja que garante seu funcionamento.

Finalmente, é importante abordar o quarto questionamento apresentado acima: qual o significado do fenômeno urbano na dinâmica do feudalismo?

Durante muito tempo, as cidades, o comércio e a “burguesia” na Idade Média foram vistos como fenômenos externos e dissoluidores do feudalismo. Esses elementos eram, assim, considerados antecipações do capitalismo ou, de forma mais explícita, o início da afirmação do capitalismo, como defendeu Henri Pirenne. Mais recentemente, historiadores medievalistas têm evitado essa visão de tendência teleológica.

Se, como já foi exposto, historiadores como Jacques Le Goff identificaram as cidades medievais, do séc. XI ao XIII, como um fenômeno novo e não o renascimento das cidades antigas, fica claro que o fenômeno deve ser compreendido dentro da própria dinâmica do feudalismo, uma vez que se origina da expansão da produção do campo e seus efeitos correlatos.

O sistema feudal necessitava que houvesse o desenvolvimento das trocas e dos grupos sociais encarregados da circulação de mercadorias, mas, como afirma Alain Guerreau¹⁶, essas atividades e esses grupos permanecem em posição dominada, o que é expresso, inclusive em termos ideológicos. As cidades medievais devem, portanto, ser entendidas em suas complexas relações de complementaridade/oposição ao campo, sem que se perca de vista suas especificidades.

A transposição de discussões historiográficas complexas para a sala de aula é sempre um problema e um dilema para os professores. Sem dúvida, não se trata de propor que tais questões sejam minuciosamente abordadas, mas já é hora de crianças e jovens terem o acesso à informação de que na Idade Média havia outros grupos sociais além da tradicional divisão padres/guerreiros/camponeses tão preconizada pela Igreja e que as cidades faziam parte da vida medieval.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1994.

¹⁶ GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF & SCHMITT (orgs.) *Dicionário Temático...* op. cit., Vol. I, pp. 437-455.